

A culpa não foi anistiada

Em 1991, o capitão-de-coberta da Armada argentina, Adolfo Scilingo, decidiu que tinha chegado a hora de falar. Como militar, tinha participado durante a ditadura, principalmente entre 1976 e 1977, das "operações" realizadas na Escola de Mecânica da Armada (Esma), para onde foram levados milhares de presos políticos. Ele queria que a opinião pública soubesse quais foram os "métodos que os superiores tinham ordenado empregar para deter, interrogar e eliminar o inimigo durante a guerra contra a subversão e, caso existisse, fosse divulgada a lista dos equivocadamente chamados *desaparecidos*".

Como não obtivesse nenhuma resposta das Forças Armadas, Scilingo decidiu procurar um jornalista para relatar o que sabia. Escolheu um profissional que durante os últimos anos tem denunciado insistentemente os casos de corrupção no governo: Horacio Verbitsky.

O fruto desse diálogo, um amplo relatório do destino que tiveram esses presos políticos, foi resumido no livro *O vôo*, recentemente lançado na Argentina, e que está levando a sociedade a reivindicar o total esclarecimento dos fatos aí mencionados.

Nesta entrevista (transcrita do semanário uruguaio *Brecha*), o jornalista argentino Horacio Verbitsky, um antigo colaborador de **cadernos do terceiro mundo**, afirma que está convencido de que os arquivos com o nome e destino que teve cada um dos desaparecidos existe e é necessário agora criar as condições para que seja divulgado.

Como o sr. definiria o processo psicológico do capitão Scilingo? É um homem al-

Para o autor do livro "O vôo", no qual um capitão da Marinha argentina reconhece que presos políticos ainda vivos foram atirados ao mar durante a ditadura, é hora da sociedade discutir como foi possível se cometerem crimes hediondos como este

quebrado pela culpa, arrependido do que fez?

— Alquebrado não é o termo. No caso dele, foi um lento processo de tomada de consciência. Não utilizaria tampouco a palavra arrependido, porque no jargão político ela adquiriu uma conotação que equivale à de alquebrado.

— Acredito que é um homem que está envergonhado do que fez. Mas não quer identificar os que fizeram os vôos com ele. Porém, diz uma coisa mais grave: foi toda a Armada. A única pessoa que ele dá o nome é o chefe que lhe deu a ordem.

Scilingo começou a se questionar durante a ditadura?

— Seu processo teve várias etapas. Começou em um dos vôos, quando escoregou e esteve a ponto de cair no vácuo. Isto lhe permitiu se distanciar do processo de desumanização e despersonalização que é próprio da formação militar. Pôde ver o inimigo como um ser humano, pensou que ele poderia estar no lugar da vítima.

Depois disso, passou a ter sonhos, pesadelos, sentimentos de culpa, mas como ser humano, porque como militar continuava convencido de que havia agido corretamente.

O seu segundo momento de dúvida aconteceu quando percebeu que dentro da Armada não se podia falar do tema.

Ele se dá conta então que o preço é o esquecimento...

— Confirma que não se pode falar. Ele considera que é inadmissível não poder falar do que fez por ordem de seus superiores. Isso o deixa em conflito como ser humano. Por isso, pede a baixa.

A terceira etapa de seu processo acontece em 1990, com o indulto presidencial, quando o ex-chefe da junta militar Jorge Rafael Videla (julgado e preso durante o governo de Raúl Alfonsín) faz uma declaração hipócrita e mentirosa sobre os desaparecidos.

Aí então ele escreve uma carta, onde conta o que fez, obedecendo a ordens superiores — a hierarquia



Mães da Praça de Maio fazem um protesto em frente à Escola de Mecânica da Armada, um dos principais centros de interrogatório e tortura durante a ditadura militar (1976-83)

AMÉRICA LATINA

ARGENTINA

terminava em Videla –, e declara que era chegada a hora de dizer a verdade. Mas Videla não lhe responde.

Scilingo manda então a cópia dessa carta para o chefe da Marinha, dizendo que ainda há muito o que revelar à sociedade sobre o que se fez e dar a lista dos mortos, das pessoas que eles mataram. O chefe da Armada não o contesta também. Ele lhe manda uma outra carta, mais dura ainda, onde diz que na Escola de Mecânica da Armada lhe deram ordens para não obedecer à lei e o converteram em um delinqüente. Também lhe respondem.

Depois disso, recebe a visita de um companheiro, seu melhor amigo dentro da Marinha, que, meio sem jeito, lhe diz que o mandaram saber quanto ele queria em dinheiro para ficar calado. Ele lhe diz para não se intrometer nessa história, pois a única coisa que deseja é uma resposta.

Tempos depois, recebe uma citação do oficial número três na hierarquia da Marinha (hoje é o número dois da Secretaria de Segurança Interna do governo), um almirante que foi assistente de Emílio Eduardo Massera, chefe da Armada, durante o regime de exceção. Este oficial diz a Scilingo que ele deveria pensar em sua família e que, se continuasse a proceder dessa forma, iriam dar sua baixa e suspender seus benefícios da previdência social.

Até isso?

– Sim. Diante de uma das tragédias mais terríveis que este país viveu no século XX, a resposta é uma atitude mesquinha, como essa ameaça de tirar-lhe os benefícios da previdência ou tratá-lo como vigarista.

Bom... depois disso tudo, Scilingo manda cópia de todas as cartas para o presidente Carlos Menem, que também não lhe responde.

O que desencadeou esse processo?

– Em outubro do ano passado dois capitães – Pernías e Rolón – se apresentaram ao Senado, que iria aprovar suas promoções, e, entre as coisas que disseram, admitiram que a tortura era o instrumento usado nos interrogatórios. Em consequência, o Senado não lhes concede a promoção.



O depoimento do capitão Scilingo, dado ao jornalista Horacio Verbitsky (foto ao alto), permitiu lançar as primeiras luzes sobre o trágico destino de milhares de desaparecidos

Ao tomar conhecimento da decisão, Scilingo a considera injusta, já que toda a Marinha participou, na medida em que havia um rodízio. Para ele, que alguns sejam promovidos – como quem lhe deu a ordem de fazer os vôos, que chegou a almirante e hoje está reformado – e outros não, faz parte da mesma hipocrisia. E a partir daí ele torna as denúncias públicas.

No fundo, o mais importante é que trata-se do grito de uma consciência corroída pela culpa, como sempre acontece na história. Os grandes segredos sempre foram descobertos assim, por alguém que não suportou a culpa. É a velha história magistralmente colocada por Dostoievsky em *Crime e castigo*.

Esta confissão implica uma mudança para a sociedade argentina?

– Sim, foi algo muito chocante. Houve uma comoção muito grande. As pessoas mais velhas já sabiam disso. Na Argentina, ao contrário de outros países, houve um julgamento. No Brasil, a lei de anistia visava a impedir os julgamentos de militares da ditadura envolvidos em casos de violações dos direitos humanos. Aqui tinha por objetivo impedir que continuassem. Mas houve um julgamento que durou um ano e gerou um grande debate.

Com esta confissão começa uma nova etapa: já não há duas histórias, existe uma só. Ou seja, ficou definitivamente esclarecido como muitas daque-

las pessoas *desapareceram*. Ninguém mais pode tapar o sol com a peneira...

Agora o que se tem que discutir é como isso foi possível, por que se chegou a esse ponto e quais as suas *consequências*. Mas sobre os fatos, já não há mais nada a discutir.

Todos os dirigentes com os quais você falou estão totalmente convencidos de que os arquivos ainda existem?

– Scilingo também tem certeza disso. E eu também. Em primeiro lugar, não há dúvida de que existem listas e arquivos. E, em segundo, é possível que se tenham destruído cópias, que estariam em diferentes lugares, para evitar que caíssem em mãos da justiça. Mas, sem dúvida, há um arquivo central bem guardado.

Os melhores testemunhos que foram obtidos sobre os campos de concentração da II Guerra Mundial são os filmes feitos pelos próprios nazistas, que não os destruíram. A experiência internacional indica que os arquivos são preservados em algum lugar. Talvez estejam fora do país. É uma hipótese...

Mas tudo leva a crer que os arquivos existem e que é possível obter a lista dos assassinados. Mas isso não é uma decisão das Forças Armadas; o governo é quem deveria ordenar a abertura desses arquivos. Mas, com um presidente que já justificou publicamente a tortura, isso está muito longe de acontecer.